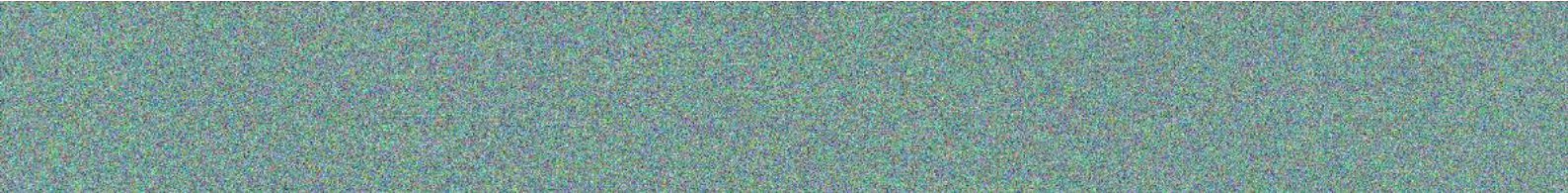


**ENSAIO**





# Quem tem razão sobre o valor dos livros?

Júlia Côrtes Rodrigues<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Campinas

**Resumo:** O universo dos livros foi movimentado de polêmicas na metade de 2023. Em junho desse ano, o influenciador Felipe Neto se queixou do preço elevado dos livros no Brasil e chegou a polemizar diretamente com editores ao declarar que um misto de “burrice com ganância” é o motivo para altos preços de capa. Sua fala gerou diversas respostas de editores e leitores, entre as quais se destaca o texto “Felipe Neto se engana sobre preço dos livros”, assinado pelo editor André Conti. O artigo foi publicado na Folha de São Paulo e chegou a ser o mais lido da seção ilustríssima. A esse debate acalorado sobre o valor comercial do livro, se seguiu a negativa do Estado de São Paulo a aderir ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), um gesto que também gerou discussão sobre políticas públicas para a leitura e o papel do estado na valorização do livro. Nesse ensaio, contrastamos as falas de Neto e o artigo de Conti, procurando refletir sobre o valor do livro de modo amplo no atual contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** Precificação. Leitura. Editoração.

## *Who is right about the value of books?*

The universe of books was full of controversies in the middle of 2023. In June, influencer Felipe Neto complained about the high price of books in Brazil and went so far as to argue directly with publishers by declaring that a mixture of “dumbness and greed” is the reason for high cover prices. His speech moded several editors and readers to respond. The most viral reaction is the text “Felipe Neto is wrong about the price of books”, by the editor André Conti. This heated debate about the commercial value of the book was followed by the refusal of the State of São Paulo to join the National Book and Didactic Material Program (PNLD), a gesture that also generated discussion about public policies for reading and the role of the state in valuing the book. In this essay, we seek to dialogue with Neto’s statements in his social networks and with Conti’s article, seeking to reflect broadly on the value of the book in the current Brazilian context.

**Keywords:** Pricing. Reading. Publishing.

Não faltaram polêmicas ao mercado editorial e livreiro em 2023. Um dos debates que mais movimentou a imprensa e as mídias sociais teve início em julho, com falas do influenciador Felipe Neto, tanto no Youtube quanto no Twitter, considerando o preço dos livros “impraticável” no Brasil (Neto, 2023, s.p). Neto polemizou ao afirmar que uma mistura de “burrice com ganância” explica essa alta de preços e que as editoras estão “metendo a faca” no livro digital, cujo custo de produção seria próximo a zero. Guilherme Boulos (Boulos, 2023, s.p) e Fabiano Contarato (Contarato, 2023, s.p.) concordaram com o questionamento, também via Twitter, e se disponibilizaram para discutir políticas públicas que possam reverter esse cenário.

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas.  
E-mail: [juliacortesrodrigues@gmail.com](mailto:juliacortesrodrigues@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5056-1875>

Desde então, diversas pessoas do mundo dos livros responderam às provocações. A resposta que talvez mais tenha circulado é a do editor André Conti, hoje à frente da Todavia, em artigo à Folha de São Paulo. No texto “Felipe Neto se engana sobre preço dos livros”, que chegou a ser o mais lido da seção ilustríssima, Conti explicou todas as etapas de produção por trás do preço final de capa e fez um chamado à valorização dos livros e das pessoas que trabalham no setor.

É importante destacar que o título do artigo de opinião assinado por Conti não faz jus à totalidade de seu texto. O editor, como é de se esperar, contrapõe o argumento da ganância e da estupidez como as causas por trás de preços de capa tão altos. Em mais de um momento, porém, Conti concorda que muitos livros, inclusive livros produzidos por ele, são inacessíveis à população mais pobre. É Conti quem diz: “Difícil discordar que, num país pobre, o preço é um dos principais impeditivos para que mais pessoas possam comprar livros. [...] Felipe Neto está certo: R\$ 74 é um valor difícil em um país em que o salário mínimo é R\$ 1.320” (Conti, 2023, s.p). A economista Mariana Bueno, que realiza diversas pesquisas sobre o setor editorial, aponta que de fato o preço de um livro pode pesar no bolso das classes mais populares: “O livro não é caro para as classes A e B, que costumam gastar mais com outros bens culturais, como shows, cinema etc. Já para as classes C e D a vida é cara, é difícil ir a show, ao cinema, comprar livro. Quando faz, faz apertado.” (Bueno 2023 *apud* Sobota, s.p).

No texto para a Folha, Conti também compara o consumo de livros com o de outros bens culturais: “Um ingresso para o filme ‘Missão Impossível’ custa, em média, R\$ 50. Com uma pipoca e o estacionamento, esse valor chega facilmente a R\$100. Multiplique por uma família, um grupo de amigos. Um único livro de R\$ 74 reais pode ser compartilhado por todos eles [...] Mas e se começássemos a dar valor ao livro, pelo menos o valor de duas horas de Tom Cruise e um balde de pipoca?” (Conti, 2023, s.p).

Então, em que sentido Conti considera que Felipe Neto “se engana”? Vemos que o texto de Conti abre uma cisão sobre o entendimento do “valor”. O editor primeiro concorda que o livro é “difícil” de adquirir para as classes D/E - extrato que, em 2022, correspondia a mais da metade da população brasileira. No fim, no entanto, Conti conclui que o livro não é tão caro se comparado a um ingresso de cinema, o qual, no entanto, também só cabe no bolso das classes A, B e C. Afinal, quem desvaloriza o livro?

Por um lado, compreendo a defesa que Conti faz do livro no sentido de sua permanência. Se for bem feito e bem preservado, o livro pode passar por muitas mãos e durar muitas décadas. Quem lê gosta de livro. Gosta das páginas, do toque, do cheiro. Gosta de dar livro de presente e de receber livro de presente. Gosta de chegar na casa de

uma pessoa e observar os livros que ela tem nas estantes. Gosta de ler uma coisa que a faz lembrar de alguém e ter uma conversa sobre isso com ela. O livro conecta pessoas de forma poderosa.

Por outro lado, não é natural que um ingresso de cinema custe 50 reais e que a experiência de uma única pessoa de sair de casa, comer e assistir a um filme deva lhe custar três dígitos. Melhor dizendo, não é natural que tenhamos cada vez mais salas de cinema fora de shopping centers que ofereçam ingressos e alimentos a preços mais razoáveis. Um sujeito urbano que quer ir a uma livraria e ver um filme no cinema estará muito mais suscetível de fazê-lo em shopping centers do que nas ruas. Se considerarmos processos de gentrificação diversos, veremos que o sumiço das livrarias e dos cinemas de rua ocorreu de forma parecida. Não há nenhuma competição entre Tom Cruise e *Torto Arado*: a relação que estabelecemos com livros e filmes é diversa e mesmo em países que compram muitos livros nenhum êxito editorial chega às mesmas cifras de um sucesso de bilheteria como *Missão Impossível*. Conti concorda que 74 reais é um preço “difícil” para quem recebe um salário mínimo de 1.320 reais. E 50 reais em um ingresso para quem tem essa renda é “fácil”? Quantos filmes e quantos livros uma pessoa de classe trabalhadora acessa por mês?

Ademais, a partilha de livros não deveria funcionar como solução orçamentária. Entendo que Conti não fez a comparação como uma resposta permanente para um problema complexo, mas há consequências embutidas nela que precisamos discutir. Se o preço médio de um livro, segundo seu cálculo, é de 74 reais, não devemos pensar que um grupo de quatro amigos dispõe de 74 reais que vão ser gastos com um único livro a ser partilhado entre eles. O ideal é que cada amizade tenha uma renda que permita a cada pessoa comprar ao menos um livro (quatro, no total, portanto) e que esses quatro livros sejam partilhados, comentados, trocados entre elas. Como dona de sebo, defendo apaixonadamente a sustentabilidade do livro, a importância de darmos, doarmos, trocarmos e restaurarmos os livros. E, na mesma medida, defendo a bibliodiversidade: a maior diversidade possível de livros e comércio livreiros no mercado para que cada pessoa, desde os primeiros anos, possa, entre outras coisas, escolher o que vai ler.

Mas Conti não se limita a comentar os impasses para quem tem renda mais baixa. Boa parte de seu texto se dedica a uma minuciosa explicação da edição de um livro hipotético, estrangeiro e que não está em domínio público: “o livro tem 300 páginas e foi escrito em inglês” (Conti, 2023, s.p). Como Conti explica, a casa brasileira que quiser publicar o livro precisa arcar com um adiantamento para a editora do exterior. Em seguida, o livro será traduzido. Não sequênciamente, são diversas as etapas em torno da edição

de um livro. Existem as pessoas que escrevem o livro, as que editam, as que revisam, as que traduzem, as que revisam a tradução, as que diagramam, as que criam a capa, as que imprimem, as que divulgam pela própria editora. Depois, há ainda aquelas que trabalham na comercialização do livro como proprietários de livrarias, gerentes e vendedores.

Todos os livros seguem exatamente esse percurso? Não. Um livro escrito em língua portuguesa não precisa de tradução no Brasil, um livro em domínio público (ou seja, isento de direitos autorais) pode ser publicado livremente sem nenhuma comissão para autores, herdeiros ou editoras. Como Conti explicou, os direitos pagos em moeda forte, os custos de tradução e revisão podem ocupar uma grande parte do orçamento. Segundo essa lógica, um livro em domínio público deveria custar mais barato. Um livro com menos páginas, também. O mesmo vale para um livro reeditado com a mesma tradução (porque só se paga o tradutor uma vez). No entanto, quanto entramos em uma grande livraria com um amplo acervo, como as que dominam shopping centers, não necessariamente notamos essa diferença de preço. Nas altas prateleiras, sempre em destaque, é comum encontrar edições de clássicos nacionais em domínio público, ou de obras estrangeiras em traduções antigas, a peso de ouro. Com as HQs em destaque, o padrão é o mesmo. Por que?

Porque são edições de capa dura, papel de gramatura mais alta e um projeto gráfico dispendioso e ousado. Não comentaremos aqui sobre todas as variáveis que afetam a precificação de um livro. Diversas decisões editoriais, além de características bastante particulares de cada editora, interferem na forma com que o livro será concebido, produzido, promovido, distribuído e comercializado. É uma conta complexa, na qual o valor do material utilizado também pesa. E é notória a forte tendência no mercado atual de valorizar edições que chamaremos aqui de alto padrão, mais caras de produzir e portanto caras de comprar.

Não quero, com isso, endossar o entendimento de Neto sobre “burrice e ganância” dominando o mercado editorial - por mais que, como leitora, quase sempre prefira as edições mais simples, fazer um julgamento moral pouco me interessa. Não obstante, é necessário apontar, num debate sobre o valor (simbólico e monetário) do livro, que há, evidentemente, motivos de força maior pesando no poder de compra da população e no custo de produção do livro. E existem, também, escolhas editoriais e mercadológicas que interferem no preço final e no tipo de livro que está sendo mais valorizado, em todos os aspectos.

Aqui temos um paradoxo. O mercado editorial brasileiro está se transformando muito rapidamente e enfrenta diversos desafios. Como alardearam as manchetes de junho desse ano, o faturamento do setor editorial caiu 40% desde 2006 (Sobota, 2023, s.p). Com a inflação alta e a disparada do preço do papel desde a pandemia, produzir um

livro também ficou mais caro. Mesmo assim, grandes editoras (principalmente, embora não exclusivamente) têm apostado em livros ainda mais luxuosos e caros. A procura por livros de alto padrão cresceu no país. Em relação aos subsetores de literatura e ciências humanas, crédito à editora paulista Cosac Naify uma parte desse interesse. Fundada em 1996 por Charles Cosac e Michael Naify, a casa tinha como missão publicar livros de luxo, primeiro de arte, depois de muitas outras áreas. Não foi a primeira a publicar livros assim, mas fez história por conseguir formar (em função de seus fundos milionários) um catálogo variado e de altas tiragens - após 19 anos de idade, reuniu o número nada desprezível de 1.600 títulos. Ocorre que o catálogo da Cosac também era precioso pelo conteúdo: trouxe ao Brasil obras estrangeiras inéditas, editou criteriosamente autores nacionais, republicou críticos esgotados e além. Assim, atraiu com sucesso um público leitor intelectual e especializado, interessado no material de referência, além dos colecionadores de edições luxuosas. A editora encerrou as atividades de forma brusca no fim de 2015. Com o dólar mais alto e as vendas caindo, Charles Cosac decidiu parar de investir na empresa (Belém, 2015, s.p.). A extinta editora até teve dissidentes mais diretas, como a Ubu, que nasceu em 2016, ano seguinte ao fechamento da Cosac. No entanto, nenhuma outra casa editorial chegou perto de seu alcance. Para se ter uma ideia, com aproximadamente 7 anos de existência, a Ubu oferta 146 títulos no catálogo - e sem se limitar à oferta de edições para colecionadores. Assim, com a saída da Cosac, o mercado de livros de alto padrão ficou aberto, e outras editoras se mexeram para conquistar um público já cativado por edições de valor acadêmico e artístico.

Outro fator que favorece o mercado de livros de alto padrão é a concentração de vendas de livros em livrarias grandes, que ocupam sobretudo espaços de elite como shopping centers, e no e-commerce, dominado por atacadistas predatórios como a Amazon. O próprio Charles Cosac sentencia a importância do impacto visual do livro nesses espaços: “Um livro se apresenta de forma imediata pela sua capa”, disse ele ao Estadão (2023, s.p.). Nesses espaços, os livros de alto padrão são colocados em destaque, geralmente numa pilha sobre os demais do mesmo setor. Seu design arrojado atrai o olhar da mesma forma que uma roupa luxuosa em uma vitrine de boutique. Os livros de roupagem mais simples são deixados nas prateleiras inferiores, quase no nível do chão. Na mesma matéria do Estadão, o diretor de arte da Companhia das Letras, Alceu Nunes, destacou o quanto essa parte da produção é competitiva “Hoje a quantidade de tipografia é muito maior do que há 20 anos, por isso o designer tem que surpreender”, ressalta. Nas mídias sociais, não é diferente. Livros de alto padrão são mais chamativos, fotografam melhor, e são fetichizados como tantas outras mercadorias rotuladas como “instagramáveis” (2023, s.p.).

Na prática, as grandes editoras estão disputando a tapa um público de leitores cada vez mais reduzido. Um dos imensos desafios no que tange o mercado editorial é que, a cada ano, menos pessoas lêem. Uma pesquisa de 2020 mostra que nos últimos 17 anos o Brasil perdeu cerca de 4,6 milhões de leitores. Outros dados sugerem que quase 60% da população apresenta proficiência média de leitura, ou seja, consegue ler textos simples, mas não seria capaz de ler autonomamente livros longos e de escrita complexa (PublishNews, 2020). Embora não exista uma correlação direta entre proficiência de leitura e renda, uma aposta das grandes casas editoriais é instigar o desejo de consumo de livros de alto padrão, mais caros, visados por todo mundo, mas que cabem melhor no bolso das classes A e B. “No Brasil, o livro é visto como um investimento”, resumiu Daniel Lameira, à frente da Antofágica, também para o Estadão.

Conti disse que jamais testemunhou “editores lutando por um preço mais caro”. Acredito nele. E também acredito que precisamos refletir com seriedade sobre a noção do livro como “um investimento”. Afinal, quem vê o livro dessa forma? Pessoas leitoras das classes A e B, que podem adquirir confortavelmente dezenas de livros novos por mês, mesmo se forem edições de luxo? Ou pessoas das classes C e D/E, que consomem bens culturais no aperto? (Infomoney, 2023) O que significa, em cada um desses extremos, tratar o livro como “investimento”? Uma discussão sobre a desvalorização do livro feita sem contexto corre o risco de cair no vazio e só reforçar estereótipos negativos e equivocados de que no Brasil não se lê porque não se quer.

Produzir mais edições populares ajudaria? Muito provavelmente, sim. Felipe Neto questionou a ausência de livros de bolso no Brasil semelhantes aos encontrados no exterior - em inglês, *mass-market paperback*. Há tipos diferentes de *paperback*, mas eles têm em comum o uso de papel muito barato, com capa flexível e cola, são edições mais frágeis, que guardam marcas de manuseio já nas primeiras leituras (seu papel enruga no contato com a mão e a lombada fica fissurada). No entanto, estão longe de serem livros descartáveis. Eu guardo uma edição bem preservada de *The Metaphysical Poets*, uma seleção feita pela pesquisadora Helen Gardner, publicada em 1970 pela Penguin Books e comercializada originalmente no Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Canadá. As páginas estão bem amareladas, ele apresenta muitos sinais de manuseio, mas tem miolo íntegro, sem avarias. Em termos mais simples, é um livro bem velhinho, mas que ainda pode ser lido muitas vezes, sem nenhuma necessidade de reforma ou descarte. E são, via de regra, livros muito baratos. Segundo a contracapa, o livro foi comercializado entre 35 centavos e 1,50 de cada moeda local na época.



Nem todos os títulos são publicados em versão *paperback*: a margem de lucro para as editoras é menor em comparação com os livros de capa dura. No caso de *The Metaphysical Poets*, trata-se de uma seleção de poetas hoje canônicos, estudados em todos os cursos de poesia de língua inglesa. A procura por ele foi enorme: só no meu exemplar constam outras nove reedições. Assim, vale a pena para a editora apostar nesse formato mais acessível, pois o volume de vendas será grande. Pode ser também que um autor estreante de ficção não veja seu primeiro livro em capa dura, porque a editora acredita que o público leitor dificilmente vai adquirir uma edição cara de alguém pouco conhecido.

Em outros casos, ver o livro editado em formato *paperback* é sinônimo de sucesso. Durante minha pesquisa de doutorado, investiguei diversas edições da obra da poeta estadunidense Marianne Moore - seu legado poético é um enigma editorial e crítico e os caminhos são múltiplos. Uma de suas editoras, a professora Robin Schulze, optou por trabalhar com a produção inicial de Moore em fac-símile, com o objetivo de lançar luz sobre uma fase mais esquecida de sua poesia. O volume recebeu o título *Becoming Marianne Moore: Early Poems, 1907-1924* e foi lançado em 2002. Em 2007, Schulze relatou que uma de suas motivações para trabalhar na edição era disponibilizar essa outra faceta de Moore para seus alunos. No entanto, seu livro foi publicado apenas em capa dura: nunca ganhou uma edição *paperback*. Schulze considerou que o produto final ficou caro demais, inacessível para os pesquisadores em formação que ela visava alcançar, e portanto o chamou de um “fracasso retumbante” (Schulze, 2007, p. 120). Grandes clássicos da literatura, best sellers como *Cutting for Stone* e a saga *Harry Potter* podem ser encontrados em *paperback* ao lado de edições mais luxuosas para fãs e colecionadores.

Esses exemplos nos ajudam a pensar em relações diferentes com o livro: a edição de capa dura, com papel de gramatura mais alta e design arrojado, não precisa ser sinônimo de sucesso se acreditamos que o livro precisa, merece até, alcançar um público mais amplo. Na verdade, a democratização do acesso está no DNA do *paperback* nos Estados Unidos. Esse modelo de livro se popularizou no país com produções *pulp*, baratas e que conseguiram conquistar leitores em locais remotos, isolados do comércio concentrado em grandes cidades (Menand, 2014, s.p).

Não devemos esperar que o mercado livreiro se amplie apenas depois de expandir o público leitor. Se não ampliarmos o alcance do nosso mercado, se não contribuirmos com iniciativas de difusão, jamais teremos a valorização do livro com a qual sonhamos. Um outro exemplo feliz de democratização da leitura é o caso nacional da Círculo do Livro, um misto de editora com clube de assinantes. Formada por uma parceria entre o Grupo Abril e a Bertelsmann, um grupo de investimento alemão, ela

funcionava por assinatura: a cada mês, a pessoa recebia em casa um livro e a Revista do Círculo, que apresentava o catálogo disponível e textos relacionados aos livros e à leitura. Com o tempo, esse catálogo foi ficando mais diversificado. Os livros da Círculo eram bem produzidos, quase sempre de capa dura, e o melhor: a baixo custo. A editora foi essencial para a formação de toda uma geração de leitores no Brasil: seus livros eram vendidos de porta em porta em diversas cidades - até nas pequenas que não tinham livraria. A Círculo teve fim pouco depois da saída dos estrangeiros - é difícil encontrar informações precisas sobre o rompimento dos gringos com a Abril, mas o motivo não parece ter sido falência. O anúncio do fim das operações surpreendeu clientes e funcionários. A Círculo inspirou clubes de leitura e projetos gráficos do presente, mas ainda nenhuma editora de abrangência nacional com duas prioridades fundamentais para seu sucesso: catálogo diverso e preços populares.

No auge, a Círculo teve 800 mil assinantes. Sempre falo esse número com espanto e reverência: oitocentos mil assinantes em todo o Brasil. Oitocentas mil pessoas comprando ao menos um livro por mês: um livro escolhido por elas. Oitocentas mil pessoas expandindo suas bibliotecas pessoais sem nenhum sacrifício orçamentário. Oitocentas mil pessoas lendo no país em que tanta gente afirma que o livro não é valorizado.

Nada será como antes: a história do Círculo fez sentido em um Brasil pré-internet e com muito menos editoras no mercado. Se hoje restaurássemos a Círculo como na origem, com uma mega editora nacional e um grupo estrangeiro bancando agressivamente um amplo catálogo de livros em capa dura a baixo custo, talvez o impacto fosse mais negativo do que positivo. Talvez alcançasse muitas pessoas em cidades remotas, sim, mas correndo o risco de quebrar pequenas editoras e livrarias que já enfrentam desafios para sobreviver. Talvez ela nem fosse lucrativa com o custo de produção mais alto, ainda mais num mercado que precisa enfrentar mega corporações que dominam o comércio online.

Mas de novo: penso em exemplos positivos da nossa própria história nacional da leitura, a qual é preciso conhecer e reconhecer. Conhecer nossa história para mudar o presente. Será que a forma de trabalho da Círculo poderia inspirar um programa público de estímulo à leitura, complementar ao PNLD, em que crianças e adolescentes escolhem os livros que querem ler? Será que, com o intuito de impulsionar a leitura nas escolas, poderíamos criar um catálogo, como a Círculo fazia, sugerindo títulos de literatura contemporânea nacional, preferencialmente de editoras independentes, adequados para cada faixa etária? Será que nessa revista poderiam constar resenhas e relatos de diferentes leitores e docentes? Será que conseguiríamos criar esse programa, de adesão voluntária, com o poder público bancando um exemplar para cada estudante? Será que

conseguiríamos levar autores contemporâneos para rodas de conversa e oficinas literárias nas escolas, para impulsionar também novos talentos? Não custa sonhar.

Felipe Neto cobrou do Governo Federal mais incentivos e subsídios - segundo ele, mandou uma mensagem diretamente ao Presidente Lula -, o que parece ter sido outro ponto de discordância para André Conti. “O livro já é subsidiado”, respondeu Conti, “via isenção de impostos, uma conquista que o atual governo manteve na Reforma Tributária, após as ameaças de Paulo Guedes. Para o governo, estamos lá, com o arroz com feijão, na lista das necessidades básicas. Não sei exatamente o que mais poderia ser feito além disso” (Conti, 2023, s.p).

Muito mais é feito e muito mais poderia ser feito, além disso. Conti complementa lembrando que “o governo brasileiro é o maior comprador de livros do país”. O editor se refere ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), ligado ao Ministério da Educação e voltado para as escolas. Há também o Plano Nacional do Livro e da Leitura, ligado ao Ministério da Cultura, com o objetivo de ampliar o acesso ao livro e fortalecer sua produção de modo mais amplo. Quando contemplamos as pesquisas sobre leitura e letramento, mais programas, subsídios, investimentos e incentivos parecem cada vez mais necessários ao país. Ademais, a decisão do governo de São Paulo de não aderir ao PNLD 2023 (Facchini, 2023, s.p.), coincidentemente poucas semanas após a polêmica protagonizada por Conti e Neto, nos lembra que políticas públicas não são irrevogáveis. O direito à leitura está sob ameaça no Brasil e precisamos defendê-lo não apenas na busca por mais estímulos, mas no esforço de garantir aquilo que já conquistamos.

Assim, complemento: em que situação estamos com espaços públicos de leitura? Todas as cidades brasileiras possuem ao menos uma biblioteca pública? Segundo mapeamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atualizado no biênio 2022/2023, existem 5.318 bibliotecas públicas no Brasil. Se cada uma estivesse localizada em um município diferente, ainda restariam 250 cidades brasileiras sem bibliotecas públicas. Quando ela existe na cidade, onde fica? A população mais pobre consegue chegar até ela? É justo esperar que numa cidade sem uma única biblioteca - como Macuco, no Rio de Janeiro, que desfez sua biblioteca municipal para alocar um posto de polícia - a população valorize o livro? No entanto, mesmo quando estão na contramão, as comunidades se mobilizam. Iniciativas da sociedade civil para criação de bibliotecas comunitárias e outros projetos de leitura, não foram incluídas no mapeamento acima: a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias registra outras 119 bibliotecas em 9 estados.

Ainda no âmbito cultural, é importante alavancar editais públicos para publicação. Com o enxugamento dos repasses para a cultura e o aumento do custo de produção

editorial, os livros ficaram reduzidos ou completamente apagados de diversos editais e chamamentos culturais. No entanto, pequenas editoras, ateliês gráficos, artistas e escritores independentes precisam desses editais. O ganho cultural é alto: além de viabilizar o próprio livro, muitos editais estabelecem contrapartidas como doações, comércio a baixo custo ou atividades culturais relacionadas à obra. É muito importante resguardar o devido espaço para editais de publicação, que incluem tanto literatura quanto não ficção, quadrinhos, revistas e zines de cultura. Fortalecer editoras públicas, que promovam a cultura local, também é um passo importante.

Expandir o público leitor e fortalecer a cadeia do livro passa também por priorizar o comércio local. Feiras gráficas, que incluem livros e artes, têm ajudado a visibilizar produtores independentes. São geridas por eles e compostas por eles - sem grandes editoras e cadeias de livrarias. Algumas, como a Urucum e a Miosol, ocorrem uma vez ao ano. Mas realizar feiras de livros na rua, com maior regularidade, em modelo diferente das feiras universitárias, priorizando a participação de artistas, autores e editoras independentes, além de pequenas livrarias e sebos, também é uma saída possível (PublishNews, 2023). Nas capitais, organizar esses eventos é mais fácil - para cidades menores, sobretudo do interior, é mais difícil, mas os incentivos públicos também podem dar uma força para que essa descentralização seja viável. Lá atrás, eu disse que cada leitor tem sua própria história da leitura, que não há duas bibliotecas pessoais idênticas. Livrarias e sebos são únicos também. Nenhum tem exatamente o mesmo acervo. Se nossa diversidade de livrarias e sebos diminui, o que isso diz sobre nós como sociedade?

Outro ponto de destaque, levantado pelo próprio Felipe Neto e sua equipe, é a importância social dos sebos na difusão do livro - ponto fundamental, mas negligenciado em diversas respostas ao tema. É importante conhecer os sebos, saber onde eles estão, se são online ou físicos, conhecer livreiros que tocam sebos em bairros e cidades onde não existem livrarias (ou sequer bibliotecas) e saber do que precisam. Nesse sentido, mapeamentos são fundamentais. São muitos os sebos históricos que precisam ser reconhecidos como patrimônio cultural, como a Livraria Amadeu, em Belo Horizonte, primeira loja de usados da cidade, fundada em 1948. E há também diversos sebos e bibliotecas comunitárias que nos ensinam como ajudar a difundir o livro e a leitura, como o projeto Sebo do Gueto, uma rede de apoio a sebos em periferias urbanas ou no interior. A rede se apresenta assim: “Somos leitores e livreiros periféricos que pensam e executam projetos de acesso e incentivo à leitura em conjunto com comunidades” (Benfeitoria, 2023). Jean Ferreira da Silva, que primeiro pensou o Sebo do Gueto em Belém do Pará, também desenvolveu outros projetos de estímulo à leitura como a Gueto Hub, uma biblioteca comunitária com

espaço cultural sem ligação com o sebo (MAGNO, 2023). Pessoas como Jean também precisam ser chamadas para pensar em políticas públicas para o livro e o estímulo à leitura.

O debate sobre a valorização do livro sempre deve ser feito de modo estrutural, contextual, plural e reflexivo. Generoso, também, eu completaria. A população brasileira já leu mais e pode voltar a ler mais e melhor. Vamos dar ao livro o valor que ele merece - só precisamos de mais chances.

## REFERÊNCIAS

BELÉM, Euler de França. “Cosac Naify morreu porque, apesar de ser uma grande editora, nunca foi uma grande empresa”. *Jornal Opção*, 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/columnas-e-blogs/imprensa/cosac-naify-morreu-porque-apesar-de-ser-uma-grande-editora-nunca-foi-uma-grande-empresa-53267/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

BENFEITORIA, 2023. “Uma livraria em cada periferia: Quem somos”. Disponível em: <https://benfeitoria.com/projeto/sebodogueto?ref=benfeitoria-pesquisa-projetos>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

BOULOS, Guilherme. “Está certíssimo, Felipe! O preço absurdo dos livros vai complementar contra a ideia de aproximar as pessoas da leitura”. Disponível em: <https://twitter.com/GuilhermeBoulos/status/1676675214049005568>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

BRASIL. “Plano Nacional do Livro e da Leitura”. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/pnll>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

CONTARATO, Fabiano. “Concordo com você, Felipe. Sou um entusiasta da leitura e do mundo que os livros nos apresentam. Me disponho a conversar com o ministro Haddad para pensarmos soluções dentro da Reforma Tributária.” Disponível em: <https://twitter.com/ContaratoSenado/status/1676614203195502592>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

CONTI, André. “Felipe Neto se engana sobre preço dos livros”. *Folha de São Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/07/felipe-neto-se-engana-sobre-preco-dos-livros.shtml>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

FACCHINI, Talita. “Governo de SP decide não participar do PNLD e adotar apenas conteúdo didático digital”. *PublishNews*, 2023. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/08/01/governo-de-sp-decide-nao-participar-do-pnld-e-adotar- apenas-conteudo-didatico-digital>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

INFOMONEY, 2023. “Classes D e E continuarão a ser mais da metade da população até 2024, projeta consultoria”. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

MAGNO, Cintia. “Sebo do Gueto incentiva a criação de novos pontos de leitura e aquisição de livros em periferias”. Disponível em: <https://dol.com.br/entretenimento/cultura/620443/sebo-do-gueto-incentiva-a-criacao-de-novos-pontos-de-leitura-e-aquisicao-de-livros-em-periferias?d=1>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

Mapa da Leitura, 2023. “Informações: Biblioteca Comunitária”. Disponível em: <https://www.mapadaleitura.com.br/map>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

MENAND, Louis. “Pulp’s Big Moment”. *The New Yorker*, 2014. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2015/01/05/pulps-big-moment>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

NETO, Felipe. “Tá na hora de falarmos sobre preço de livro. Precisamos de uma população leitora, mas tá cada dia mais difícil. [...] Aqui é uma mistura de ganância com burrice que transforma o livro em item da elite. Isso precisa mudar”. Disponível em: <https://twitter.com/felipeneto/status/1678427507056418820>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

“Podcast do PublishNews #274 – Sobre a série histórica da Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”. *Publish News*, 2023. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/06/26/podcast-do-publishnews-274-sobre-a-serie-historica-da-pesquisa-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

PUBLISHNEWS, 2023 “Como surgiu e como vai ser ‘A Feira do Livro’”. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2022/06/06/como-surgiu-e-como-vai-ser-a-feira-do-livro>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

QUIRINO, Mateus Lopes. “Entenda como as redes sociais influenciam nas capas dos livros”. *Estadão*, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/entenda-como-as-redes-sociais-influenciam-nas-capas-dos-livros/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

SCHULZE, Robin. How Not to Edit: The Case of Marianne Moore. *Textual Cultures*, v. 2, n. 1, p. 119-135, 2007. <https://www.jstor.org/stable/30227858>.

SOBOTA, Guilherme. “Faturamento do setor editorial cai 40% em termos reais desde 2006”. *PublishNews*, 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/06/15/faturamento-do-setor-editorial-cai-40-em-termos-reais-desde-2006>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

SOBOTA, Guilherme. “Felipe Neto está certo? O livro é mesmo caro no Brasil?” *PublishNews*, 2023. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/07/12/felipe-neto-esta-certo-o-livro-e-mesmo-caro-no-brasil>. Acesso em 27 de agosto de 2023.

Secretaria Especial da Cultura. “Mapeamento Bibliotecas Públicas”. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

VIEIRA, Ricardo. “Casa nova para a Polícia Militar em Macuco”. Disponível em: <https://prefeituramacuco.rj.gov.br/site/administracao/2069-casa-nova-para-a-policia-militar-em-macuco.html>. Acesso em 29 de agosto de 2023.